

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICA(O) Nº 2026.03.05.002

REGIDO PELA LEI Nº 14.133/2021, DECRETO Nº 0322001/2024, DE 22 DE MARÇO DE 2024, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

ÓRGÃO GERENCIADOR	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL
ÓRGÃOS PARTICIPANTES	SEM PARTICIPANTES
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES PARA FUTURA E EVENTUAL SERVIÇO PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE CAMOCIM-CE.
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 498.195,98 (Quatrocentos e noventa e oito mil, cento e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA	24/03/2026 às 10:30 horas
ETAPA DE LANCES	24/03/2026 às 11:00 horas
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE
MODO DE DISPUTA	ABERTO
LOCAL	https://www.licitamaisbrasil.com.br
FUNDAMENTAÇÃO	Lei nº 14.133/2021
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS	NÃO

- Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF.
- Dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento e operacionalização na Plataforma Licita Mais Brasil, poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone 08005916173, WhatsApp (11)4040-8714 ou e-mail contato@licitamaisbrasil.com.br, de segunda a sexta-feira das 08 às 17 horas.

PARTE A

- Objeto
- Participação na Licitação
- Registro de Preços
- Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação

- Preenchimento da Proposta
- Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances
- Fase de Julgamento
- Fase de Habilitação
- Ata de Registro de Preços
- Formação do Cadastro de Reserva
- Recursos
- Infrações Administrativas e Sanções
- Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento
- Disposições Gerais

PARTE B.

- ANEXO I – Termo de Referência.
- Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- ANEXO II - Declarações
- ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato
- ANEXO IV – Minuta Ata de Registro de Preços

EDITAL DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE

PREGÃO ELETRÔNICA(O) Nº 2026.03.05.002

(Processo Administrativo nº. 2026.03.05.002)

O município de Camocim – CE, inscrito no CNPJ sobre nº 07.660.350/0001-23, por meio da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Defesa Civil - Órgão Gerenciador, responsável por esta licitação, Praça Severiano Morel, S/N, Centro, Camocim-CE, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA(O), nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto 1229001/2023, Decreto nº 0322001/2024, de 22 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES PARA FUTURA E EVENTUAL SERVIÇO PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE CAMOCIM-CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em Lote(s), conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos Lote(s) forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil, disponível no link <https://www.licitamaisbrasil.com.br>.

3.2 Os licitantes interessados deverão se antecipar aos prazos do processo, visto que a Plataforma pede um prazo de 24 horas úteis para a análise e aprovação dos cadastros.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6 A plataforma eletrônica, se for ao caso, disponibilizara em campo específico para o item/lote, a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.9 Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.9.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

- Será admitida a participação de consórcio nesta licitação, desde que seja comprovado: o comprovante de compromisso público ou particular de constituição do consórcio; Identificação da empresa líder do consórcio; Instrumento de constituição do consórcio, caso o percentual de participação do consorciado não conste do atestado ou da certidão.

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do

cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.10 O impedimento de que trata o item 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.1 e 3.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13 O disposto nos itens 3.9.1 e 3.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.15 A vedação de que trata o item 3.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento

adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

4.3.2 Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.3 Declaro para fins do disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

4.3.4 Declaro que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP;

4.3.5 Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.6 Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação;

4.3.7 Declaro que as propostas econômicas apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.5 No item/lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item/lote;

4.6 Nos item(ns)/lote(s) em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

4.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema; e

4.12.2 O valor final mínimo na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor global do(s) Lote(s);

5.1.2 Marca caso seja exigido;

5.1.3 Anexar o arquivo PDF da proposta inicial;

5.1.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor Global do Lote(s).

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (Hum centavo de real).

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de aberto.

6.11 Para o envio de lances no Pregão Eletrônica(o) o modo de disputa "ABERTO", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.16 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.17 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.18 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.19 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.20 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.21 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.22 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.23 Em relação a itens/lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.24 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.25 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco)

minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.26 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.27 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.28 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.29 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.29.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.29.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.29.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.29.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.29.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.29.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.29.2.2 empresas brasileiras;

6.29.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.29.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.30 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.31 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.32 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.33 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.34 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.35 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.36 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.7 e 0 deste edital.

7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 contiver vícios insanáveis;

7.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no **TERMO DE REFERÊNCIA**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos

dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#). O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa a habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa a habilitação econômico-financeira;
- (C) Documentação relativa a habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa a habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa a qualificação técnica.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9 A habilitação será verificada por meio dos arquivos anexados na Plataforma Licita Mais Brasil. O licitante poderá se adiantar e anexar seus documentos durante o cadastro da proposta inicial, porém o licitante primeiro colocado terá 2 (duas) horas para encaminhar seus arquivos durante a fase de habilitação.

8.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.12 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.13 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.14 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

8.15 A verificação dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.18.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18.3 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.14.

8.20 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.22 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.23 No caso de haver nenhuma proposta classificada ou nenhum licitante habilitado, será disponibilizado prazo de 5 (cinco) dias úteis para que os interessados possam corrigir ou complementar as suas propostas ou os seus documentos de habilitação, retomando-se a sessão com observância da ordem de classificação.

8.24 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.24.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3 A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no sistema do tribunal de contas do estado e PNCP.

9.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.3 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.5.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.5.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 33 e art. 34 do Decreto nº 0322001/2024.

10.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.6.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.6.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será 10 (dez) minutos.

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitamaisbrasil.com.br>

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5 fraudar a licitação

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e

12.9 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Administração Pública Municipal.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, diretamente através de campo específico da Plataforma Licita Mais Brasil, <https://www.licitamaisbrasil.com.br>.

13.4 Os licitantes interessados em solicitar esclarecimentos ou impugnar o processo deverão realizar um Cadastro Simples na Plataforma, que é totalmente gratuito.

13.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DA GARANTIA

Da garantia de proposta

14.1 NO DOCUMENTOS DE PROPOSTA INICIAL DEVERÁ APRESENTAR EM ANEXO A PROPOSTA, GARANTIA DA PROPOSTA DE PREÇOS NO MONTANTE DE 1% (UM POR CENTO) DO ORÇADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM, REFERENTE AO OBJETO EM QUESTÃO, e será devolvida ao(s) licitante(s) no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

14.1.1. Valores das garantias das propostas que deverão ser apresentados, obedecendo ao subitem anterior, pelo licitante vencedor do melhor lance proposto após a fase de lances.

14.2. Entende-se como garantia a apresentação do comprovante de prestação de garantia, podendo optar por:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de

custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia,

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5 A Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) única vez, por igual período, desde que a parte interessada solicite durante o transcurso do prazo, justifique devidamente e o motivo seja aceito pela Administração. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo fixado caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legais e à imediata perda da garantia de proposta. Na contagem do prazo, serão computados somente os dias em que houver expediente administrativo no órgão.

15.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos <https://www.licitamaisbrasil.com.br> e <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>

15.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

15.12.2. ANEXO II - Declarações

15.12.3. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

15.12.4. ANEXO IV – Minuta Ata de Registro de Preços

Camocim-Ce, 09 de março de 2026.

Antônio Gerardo Filho
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Defesa Civil
Órgão Gerenciador da ARP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICA(O) Nº 2026.03.05.002

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente documento apresenta os devidos estudos para a **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE SERVIÇO PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE CAMOCIM-CE.**

Para concretizar essa iniciativa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, torna-se imprescindível a contratação de serviço especializado para contratação de serviço para implantação e manutenção de sinalização viária de Camocim-CE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UND	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	BRAÇO PROJETADO 101 MM X 4.70 0MM GALVANIZADO, CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO, GALVANIZADO A FOGO, MEDINDO DIÂMETRO EXTERNO 4" X 4.700 MM DE PROJEÇÃO E ESPESSURA DA PAREDE 4,25 MM, APLICAÇÃO DE TRATAMENTO QUÍMICO DE LIMPEZA, COM INSTALAÇÃO.	6	UND	R\$ 3.537,48	R\$ 21.224,88
2	CABO PP 4 X 1,5 (METRO), COM INSTALAÇÃO.	500	UND	R\$ 12,80	R\$ 6.400,00
3	COLUNA 114 MM X 6000 MM, GALVANIZADA, CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO, GALVANIZADO A FOGO, MEDINDO DIÂMETRO EXTERNO 4 ½" X 6000 MM E ESPESSURA DA PAREDE 4,25 MM, COM ALETAS ANTI-GIRO, APLICAÇÃO DE TRATAMENTO QUÍMICO DE LIMPEZA. COM INSTALAÇÃO.	6	UND	R\$ 3.238,80	R\$ 19.432,80

4	CONTROLADOR SEMAFÓRICO PROGRAMÁVEL, MICROPROCESSADO, PARA SEMÁFOROS VEICULARES MAIS UMA FASE PARA PEDESTRES. PROGRAMÁVEL DIRETAMENTE NA PLACA VIA QUATRO BOTÕES E UM DISPLAY LCD DE DUAS LINHAS COM BACKLIGHT P/ VISÃO NOTURNA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA). COM INSTALAÇÃO.	2	UND	R\$ 12.203,33	R\$ 24.406,66
5	FONTE CHAVEADA DE 12V, 10 A. PARA CONTROLADOR SEMAFÓRICO – COM INSTALAÇÃO.	10	UND	R\$ 432,90	R\$ 4.329,00
6	CONTADOR GRUPO FOCAL VEICULAR TIPO I COM NUMERICO DIGITAL NO MODULO AMARELO, DE 300MM, DEVENDO APRESENTA QUANDO NÃO ESTIVER NO AMARELO, A CONTAGEM DE SEGUNDOS NO TEMPO VERDE, QUANDO O MODULO VERDE 200MM ESTIVER ACESO, E A CONTAGEM NO TEMPO VERMELHO, QUANDO O MODULO DE 200MM VERMELHO ESTIVER ACESO. O EQUIPAMENTO DEVE SER FABRICADO EM FIBRA DE VIDRO, NA COM PRETO FUSCO, INTEGRADO COM TRÊS MODULOS DE LED'S, 01 VERMELHO DE 200MM, 01 AMARELO/CONTADOR BICOLOR DE 300MM, E 01 VERDE DE 200MM. COM INSTALAÇÃO.	6	UND	R\$ 7.162,70	R\$ 42.976,20
7	LÂMPADAS DE LED'S DE 200MM, NAS CORES VERMELHA, AMARELA E VERDE, COM NO MÍNIMO DE 100 LED'S NO FOCO DE 7.000MCD DE INTENSIDADE CADA LED, (A COR SERÁ DEFINIDA NO ATO DO PEDIDO). COM INSTALAÇÃO.	40	UND	R\$ 265,16	R\$ 10.606,40

8	PLACA CPU PRINCIPAL, PARA CONTROLADOR SEMAFÓRICO. COM INSTALAÇÃO.	5	UND	R\$ 4.138,00	R\$ 20.690,00
9	PLACA DE SINALIZAÇÃO, PAINEL CONFECCIONADO EM ADESIVO REFLETIVO, FABRICADA EM CHAPA DE FERRO GALVANIZADO 20 X 1 – 15,25 KG, COM FORNECIMENTO E APLICAÇÃO (MODELO DE PLACAS, TAMANHOS, LOCAL DE INSTALAÇÃO, SERÁ DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO).	20	UND	R\$ 1.030,92	R\$ 20.618,40
10	TACHÃO BIDIRECIONAIS AMARELO, REFLETIVO COM INSTALAÇÃO.	1500	UND	R\$ 69,40	R\$ 104.100,00
11	TUBO GALVANIZADO DE 3 METROS DE ALTURA, E 2" POLEGADAS PARA SUSTENTAÇÃO DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO. COM INSTALAÇÃO	100	UND	R\$ 286,91	R\$ 28.691,00
12	PINTURA MANUAL DE FAIXAS RETRO REFLEXIVAS DE FAIXAS DE RETENÇÃO E DE PEDESTRE E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL GERAL.	3000	M ²	R\$ 61,48	R\$ 184.440,00
13	MANUTENÇÃO CORRETIVA, ATRAVÉS DE EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA, NO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO SEMAFORICA, COMO IMPLANTAÇÃO DE PEÇAS, REPARO, CONSERTO, PROGRAMAÇÃO DE CONTROLADOR, E ENTRE OUTROS, PARA BOM FUNCIONAMENTO DA REDE DE SINALIZAÇÃO SEMAFORICA, QUANDO SOLICITADO PELA SECRETARIA/ÓRGÃO CONTRATANTE.	8	SER	R\$ 1.285,08	R\$ 10.280,64

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como bens e serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.4 O prazo de vigência do Registro de Preços desta contratação será de 12 (doze) meses a partir da data de publicação e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

1.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7 O custo estimado total global da contratação é de **R\$ 498.195,98 (quatrocentos e noventa e oito mil e cento e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos)**.

2. FUNDAMENTAÇÃO, DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E SOLUÇÃO.

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 Considerando que o Plano de Contratações encontra-se em fase de elaboração, a presente demanda encontra-se devidamente pormenorizada e justificada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

JUSTIFICATIVA DE MENOR VALOR GLOBAL/LOTE ÚNICO:

3.2 O SECRETARIA MUNICIPAL, entendeu, com base em seu poder

discricionário e com embasamento técnico, não ser conveniente a separação dos serviços, uma vez que não seria cabível atribuir a mais de uma empresa a responsabilidade pelo desempenho e qualidade dos serviços a serem executados.

3.2.1 A opção pelo critério de Menor Preço por Global fundamenta-se no Art. 47, II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que o parcelamento do objeto não deve ser adotado quando a economia de escala, a integração ou a celeridade da execução forem prejudicadas.

3.2.2 No caso da sinalização viária, a natureza do serviço exige unicidade lógica e operacional. A execução fracionada entre diferentes empresas para a sinalização horizontal (pintura), vertical (placas) e semafórica (eletrônica) geraria os seguintes riscos à Administração:

- **Conflito de Cronograma:** A sinalização deve ser implantada de forma sequencial e imediata (ex: instalar o semáforo e pintar a faixa de retenção e de pedestre simultaneamente) para garantir a segurança viária.
- **Diluição de Responsabilidade:** O fracionamento impediria a responsabilização clara por falhas de funcionamento sistêmico, dificultando a gestão do contrato e a manutenção corretiva.
- **Segurança Pública:** Conforme o Art. 1º do Código de Trânsito Brasileiro, o trânsito seguro é um direito de todos. A execução por lote único garante que a via só seja entregue ao tráfego quando todos os dispositivos de segurança estiverem operando em perfeita sincronia, mitigando o risco de acidentes."

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

<p>Seleção de Materiais com Certificação Ambiental</p>	<p>Ao adquirir materiais, é essencial selecionar produtos que possuam certificações ambientais, assegurando que sua produção segue padrões de sustentabilidade reconhecidos. Os materiais devem:</p>	<p>Apresentar selos ou certificações que confirmem práticas de produção sustentável, como FSC para madeira, selo verde para produtos eletrônicos, entre outros.</p> <p>Ser derivados de processos que minimizam o consumo de água e energia e reduzem a emissão de gases de efeito estufa.</p> <p>Preferencialmente serem fabricados com substâncias que não são nocivas ao meio ambiente e à saúde humana.</p>
<p>CrITÉrios de Sustentabilidade em Embalagem e Transporte</p>	<p>Para minimizar o impacto ambiental na fase de embalagem e transporte dos materiais, é importante adotar práticas que reduzam a pegada ecológica. Estas incluem:</p>	<p>Utilizar embalagens fabricadas com materiais reciclados ou biodegradáveis e que sejam totalmente recicláveis após o uso.</p> <p>Projetar embalagens que otimizem o espaço, reduzindo o volume e o peso durante o transporte, o que contribui para diminuir as emissões de CO₂.</p> <p>Preferir modais de transporte com menor impacto ambiental, como o ferroviário ou marítimo, especialmente para longas distâncias.</p>

Indicação de marcas ou modelos

4.2 No processo de contratação em questão, não será realizada a indicação de marcas, características ou modelos específicos, conforme delineado no Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021. Esta decisão baseia-se nos Estudos Técnicos Preliminares, que concluíram pela viabilidade de descrição clara e objetiva do objeto de forma a não restringir a competitividade nem limitar o caráter competitivo do certame.

Da exigência de amostra

4.3 Concluiu-se que a descrição do objeto e as especificações técnicas fornecidas são suficientemente claras e detalhadas para garantir que os produtos adquiridos atendam às necessidades da Administração sem a necessidade de avaliação por amostra. Esta abordagem visa simplificar o processo de contratação e agilizar a aquisição de bens necessários, mantendo ainda assim, a integridade e a conformidade com os padrões de qualidade exigidos.

Subcontratação

4.4 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.6 Considerando a contratação pretendida não haverá a necessidade de vistoria.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. Trata-se de Contratação de Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária de Camocim-CE, destinado ao DEMUTRAN, Órgão de fiscalização de trânsito ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e

Defesa Civil de Camocim-CE.

5.2. O licitante deve proporcionar a Aquisição de Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária ao Município de Camocim-CE, conforme exigências, especificações e estimativas estabelecidas neste instrumento, Termo de Referência e seus apêndices, bem como, outras informações necessárias ao bom andamento do processo.

5.3. A Aquisição do Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária ao Município de Camocim-CE, deverão estar em total conformidade com as especificações contratuais e deverão atender plenamente aos requisitos de qualidade, equipamentos, normas e regulamentações. Os materiais serão avaliados quanto à conformidade técnica e à satisfação dos critérios estabelecidos no processo licitatório, seguindo os seguintes Requisitos:

5.3 Requisitos Técnicos:

5.3.1 **Experiência:** A empresa deve ter experiência comprovada em serviços de sinalização viária;

5.3.2 **Equipe Técnica:** A empresa deve ter uma equipe técnica qualificada e treinada para a execução dos serviços, incluindo engenheiro, técnicos e operadores de equipamentos;

5.3.3 **Equipamentos:** A empresa deve ter equipamentos adequados para execução dos serviços, incluindo veículos, equipamentos de sinalização, ferramentas e materiais;

5.4 **Normas e Regulamentações:** A empresa deve seguir as normas e regulamentações vigentes, incluindo as normas de segurança e meio ambiente.

5.4.1 Requisitos de Qualidade:

5.4.2 **Padrão de Qualidade:** A empresa deve garantir um padrão de qualidade elevado em todos os serviços prestados;

5.4.3 **Controle de Qualidade:** A empresa deve ter um sistema de controle de qualidade para garantir que os serviços sejam executados de acordo com as especificações;

5.5 Requisitos de Segurança:

5.5.1 **Segurança no Trabalho:** A empresa deve garantir a segurança de seus funcionários e de terceiros durante a execução dos serviços;

5.5.2 **Equipamentos de Proteção:** A empresa deve fornecer equipamentos de proteção individual (EPIs) para seus funcionários;

5.5.3 **Plano de Emergência:** A empresa deve ter um plano de emergência para lidar com situações de riscos ou acidente.

5.6 Requisitos de Prazo:

5.6.1 **Prazo de Entrega:** A empresa deve entregar os serviços dentro do prazo estabelecido no contrato;

5.6.2 **Cronograma:** A empresa deve aprestar um cronograma detalhado par a execução dos serviços.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo dos materiais, não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da execução inadequada ou do descumprimento das obrigações contratuais.

5.8. Execução dos Serviços de Manutenção

5.9. A execução dos serviços de manutenção da sinalização viária será realizada de acordo com os seguintes critérios:

5.9.1 **Prazo de execução:** O prazo de execução dos serviços de será de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de início da contratação.

5.9.2 **Frequência de manutenção:** A manutenção será realizada trimestralmente ou quando necessário, conforme as necessidades da sinalização viária.

5.9.3 **Tipos de manutenção:** A manutenção incluirá:

5.9.4 **Manutenção preventiva:** realização de inspeções regulares e reparos preventivos para evitar problemas.

5.9.5 **Manutenção corretiva:** realização de reparos e substituições de componentes danificados ou defeituosos.

5.10 **Crterios de aceitação:** A aceitação dos serviços de manutenção será baseada nos seguintes critérios:

5.10.1 Conformidade com as normas e padrões de segurança vigentes.

5.10.2 Qualidade dos materiais e serviços prestados.

5.11 Prazo de entrega dos matérias com os serviços, será de 10 (dias) dias.

5.12 **Indicadores de desempenho:** O desempenho do contratado será avaliado com base em indicadores como:

5.13 Tempo de resposta para atendimento a chamados.

5.14 **Detalhes da Execução:**

A execução dos serviços de manutenção incluirá:

5.14.1 Inspeção regular da sinalização viária para identificar problemas e necessidades de manutenção.

5.14.2 Realização de reparos e substituições de componentes danificados ou defeituosos.

5.14.3 Manutenção de registros e relatórios de manutenção.

5.14.4 Atendimento a chamados e solicitações de manutenção.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.15 O prazo de garantia dos bens fornecidos será de no mínimo 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal

estabelecida na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e das garantias específicas oferecidas pelos fabricantes. A Contratada deverá assegurar o Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária dos equipamentos, quando aplicável, durante o período de garantia.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o Órgão solicitante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O Órgão Solicitante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente ao Órgão solicitante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do Objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no

contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.8.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.8.2 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.8.4 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#)).

7 Fiscalização Administrativa

7.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.1.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº](#)

[11.246, de 2022, art. 23, IV\).](#)

Gestor do Contrato

7.1.2 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço/aquisição, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.1.3 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.1.4 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.1.5 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.1.6 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.1.7 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a

contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.1.8 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.2 Quanto ao equipamento, a CONTRATADA se obriga a:

7.2.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

7.2.2 Efetuar a entrega do Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária ao DEMUTRAN, Órgão de fiscalização de trânsito ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE, em perfeitas condições, no prazo de 5 dias úteis, após a contratação, os locais de implantação serão definidos a depender da necessidade, em estrita observância as especificações constantes nele acompanhado do recibo de entrega e da nota fiscal, devendo ainda indicar detalhadamente o fabricante, a marca e o prazo de garantia.

7.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da entrega do Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.2.4 Atender prontamente a quaisquer exigências desta Secretaria, inerentes ao Objeto do presente Termo de Referência;

7.2.5 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.3.1 Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;

7.3.2 Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

7.3.3 Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do Objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

7.3.4 Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Objeto do presente contrato;

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

8.1 O Objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 O Objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.9.1 o prazo de validade;

8.9.2 a data da emissão;

8.9.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.9.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.9.5 o valor a pagar; e

8.9.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a

manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Secretaria/Município, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.13 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

8.17 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

8.18 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.19 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.20 Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.20.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.21 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 A presente contratação deverá ser realizada na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço, pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos dos artigos 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço POR GRUPO/LOTE ÚNICO.

9.2 Assim, considerando a contratação dos itens e a observância do quanto disposto na Lei 14.133/2021, art. 40, inciso II, seu processamento se mostra pertinente por meio de sistema de registro de preços. De igual modo, nos termos do Art. 3º do Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023, observa-se que a demanda:

9.2.1 É conveniente a contratação de itens com previsão de entregas parceladas, para evitar a formação de altos níveis de estoque (inciso II).

Exigências de habilitação

9.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.8 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.10 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de

02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal e Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9.21 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.21.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.21.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.21.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.21.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no

limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

9.22 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.23 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.24 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.25 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.26 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.27 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66), na qual conste responsável técnico, de nível superior, (Engenheiro Civil com especialização em engenharia de tráfego ou Trânsito e Engenheiro Eletricista).

9.28 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.29 Apresentação do(s) profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, sendo o Engenheiro Civil com especialização em engenharia de tráfego ou Trânsito, com experiência - CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO – CAT em sinalização horizontal, implantação de placas de sinalização e tachões) e Engenheiro Eletricista com experiência - CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO – CAT, na implantação de conjunto semafórico, comprovando a competência, probidade técnico-administrativa e operacional para prestar serviços de sinalização

viária completa.

9.29.1A exigência de um Engenheiro Civil com especialização em Engenharia de Tráfego/Trânsito e de um Engenheiro Eletricista é indispensável devido à heterogeneidade técnica do objeto.

9.30.1.1. Engenheiro Civil com especialização em engenharia de Tráfego/Trânsito: Responsável por garantir que a sinalização horizontal e vertical atenda aos critérios de visibilidade, retrorefletividade e posicionamento geométrico exigidos pelo Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito (CONTRAN). A especialização em trânsito é crucial para o planejamento do fluxo e garantia de que a sinalização instalada efetivamente reduza o número de vítimas e acidentes.

9.30.1.2. Engenheiro Eletricista: Justifica-se pela complexidade dos Grupo focais, módulos de led e controladores semafóricos microprocessados, que envolvem lógica de programação, sistemas de proteção contra surtos, fontes chaveadas e rede elétrica. A presença deste profissional garante a correta instalação e o monitoramento de conflitos (evitando, por exemplo, o acionamento simultâneo de sinais verdes em direções conflitantes).

9.30.1.3. Tais exigências estão em estrita consonância com a Lei nº 5.194/1966, que regula as profissões, garantindo que a execução do contrato seja supervisionada por quem possui a atribuição legal para emitir a Certidão de Acervo Técnico (CAT) sobre os serviços prestados

9.30 O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.31 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional, equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, comprovando já ter executado sinalização horizontal, implantação de placas de sinalização e tachões, implantação de conjunto semafórico.

9.32 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a

apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.32.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante

9.33 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.34 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.34.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.34.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.34.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.34.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.34.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.34.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 498.195,98 (quatrocentos e noventa e oito mil e cento e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos)**. Conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10.1 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11. DA VIABILIDADE DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL

11.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

11.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

11.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021; e

11.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

11.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

11.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

11.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

11.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

11.7. Dos limites para as adesões

11.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

11.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

11.8. Vedação a acréscimo de quantitativos

11.8.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

12. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços oriunda do presente procedimento será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do caput do artigo 84 da Lei 14.133/2021.

12.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

12.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

12.1.3 A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetuada, desde que:

(a) o período de prorrogação seja de igual período;

(b) a renovação seja formalizada por meio de termo aditivo à ata;

(c) a renovação não exceda o quantitativo original; e

(d) a renovação seja devidamente justificada em estudo técnico, que comprove a necessidade da renovação. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata.

12.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei 14.133/2021.

12.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

12.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei 14.133/2021.

12.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

12.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

12.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13. DO CADASTRO RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação ou da contratação direta,

deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

13.1.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

13.1.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

13.1.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13.1.2.2. Mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

13.3. O registro a que se refere este tópico tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

13.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

13.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

13.5.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

13.5.3.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.5.3.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem

classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações:

14.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea d do inciso II do caput do artigo 124 da Lei 14.133/2021;

14.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/2021.

14.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

14.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

15. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

15.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

15.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

15.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro

cancelado.

15.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

15.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

15.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

15.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

15.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na respectiva ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e na legislação aplicável.

15.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

15.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

15.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade

gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

15.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREGÃO ELETRÔNICA(O) Nº 2026.03.05.002

INTRODUÇÃO

Conforme disposto na lei 14.133 em seu dispositivo, art. 18, inciso I, ao qual descreve a necessidade da contratação fundamentada em Estudo Técnico Preliminar (ETP) que caracterize o interesse público envolvido. O ETP é definido, de acordo com o Inciso XX do art. 6º da lei supracitada como um documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O presente documento apresenta os devidos estudos para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE CAMOCIM-CE.**

Para concretizar essa iniciativa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, torna-se imprescindível a contratação de serviço especializado para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE CAMOCIM-CE.**

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Trata-se de estudos preliminares que visa à Contratação de Serviços para Implantação e Manutenção da Sinalização Viária de Camocim-CE.

A cidade de Camocim-CE, necessita de Serviços de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária para garantir a segurança e a fluidez do tráfego, bem como para atender às necessidades de mobilidade e acessibilidade da população.

A contratação do Objeto se amolda a implantar sinalização viária adequada e padronizada em toda a cidade, de acordo com as normas e regulamentações vigentes, manter a sinalização viária existente em boas condições de funcionamento e visibilidade, reduzir os números de acidentes e incidentes de trânsito, melhorar a fluidez do tráfego e reduzir os congestionamentos, aumentar a segurança e a acessibilidade para pedestres, ciclistas e motoristas.

A necessidade da contratação se dar pelo escopo de serviço, manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária existente, substituição de sinalização

danificada ou desgastada, instalação de sinalização trânsito, incluindo placas, semáforos, faixas de pedestres, realizações de inspeções periódicas para verificar a condição da sinalização viária, para melhor impactar na qualidade dos ciclistas, pedestres e motoristas da Urbe.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

No caso específico da Administração de Camocim-CE, existe Plano de Contratações Anual (PCA) formalizado para a Contratação de Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária, para atender as necessidades do DEMUTRAN (Departamento Municipal de Trânsito de Camocim-CE), Órgão de fiscalização de trânsito ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE.

No PCA (Plano de Contratação Anual), justifica-se a necessidade dessa Contratação, pois a Aquisição do Objeto é essencial para melhorar a qualidade do trânsito da cidade, manter a Sinalização Viária existente em boas condições de funcionamento e visibilidade, reduzir os números de acidentes e incidentes de trânsito, melhorar a fluidez do tráfego e reduzir os congestionamentos, aumentar a segurança e a acessibilidade para pedestres, ciclistas e motoristas.

No PCA (Plano de Contratação Anual), a aquisição dessa demanda é clara e estar alinhada com o planejamento estratégico da Administração de Camocim-CE, visando garantir um tráfego seguro e modernizado. A urgência dessa contratação justifica-se pela necessidade imediata uma vez que, a cidade não para de crescer e aumentar seu fluxo de veículos.

A relevância e urgência da Contratação de Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária, destinado ao DEMUTRAN (Departamento Municipal de Trânsito de Camocim-CE), Órgão de fiscalização de trânsito ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim/CE, reforça a importância de um planejamento flexível e adaptativo, capaz de atender às demandas emergenciais e significativas do DEMUTRAN.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de Contratação de Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária de Camocim-CE, destinado ao DEMUTRAN, Órgão de fiscalização de trânsito ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE.

O licitante deve proporcionar a Aquisição de Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária ao Município de Camocim-CE, conforme exigências, especificações e estimativas estabelecidas neste instrumento, Termo de Referência e seus apêndices, bem como, outras informações necessárias ao bom andamento do processo.

A Aquisição do Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária ao Município de Camocim-CE, deverão estar em total conformidade com as especificações contratuais e deverão atender plenamente aos requisitos de qualidade, equipamentos, normas e regulamentações. Os materiais serão avaliados quanto à conformidade técnica e à satisfação dos critérios estabelecidos no processo licitatório, seguindo os seguintes Requisitos:

Requisitos Técnicos:

- 1- **Experiência:** A empresa deve ter experiência comprovada em serviços de sinalização viária;
- 2- **Equipe Técnica:** A empresa deve ter uma equipe técnica qualificada e treinada para a execução dos serviços, incluindo engenheiro, técnicos e operadores de equipamentos;
- 3- **Equipamentos:** A empresa deve ter equipamentos adequados para execução dos serviços, incluindo veículos, equipamentos de sinalização, ferramentas e materiais;
- 4- **Normas e Regulamentações:** A empresa deve seguir as normas e regulamentações vigentes, incluindo as normas de segurança e meio ambiente.

Requisitos de Qualidade:

- 1- **Padrão de Qualidade:** A empresa deve garantir um padrão de qualidade elevado em todos os serviços prestados;
- 2- **Controle de Qualidade:** A empresa deve ter um sistema de controle de qualidade para garantir que os serviços sejam executados de acordo com as especificações;
- 3- **Certificações:** A empresa deve ter certificações relevantes, como ISO 9001, para garantir a qualidade dos serviços.

Requisitos de Segurança:

- 1- **Segurança no Trabalho:** A empresa deve garantir a segurança de seus funcionários e de terceiros durante a execução dos serviços;
- 2- **Equipamentos de Proteção:** A empresa deve fornecer equipamentos de proteção individual (EPIs) para seus funcionários;

- 3- **Plano de Emergência:** A empresa deve ter um plano de emergência para lidar com situações de riscos ou acidente.

Requisitos de Prazo:

- 1- **Prazo de Entrega:** A empresa deve entregar os serviços dentro do prazo estabelecido no contrato;
- 2- **Cronograma:** A empresa deve aprestar um cronograma detalhado para a execução dos serviços.

O recebimento provisório ou definitivo dos materiais, não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da execução inadequada ou do descumprimento das obrigações contratuais.

3.1 JUSTIFICATIVA

Às vias públicas do Município de Camocim-CE, são estruturas de engenharia que necessitam de suportar as cargas nelas aplicadas e ter sua funcionalidade garantida, de segurança, conforto e economia. Logo, para se manter estes parâmetros, são necessárias as manutenções preditivas, preventivas e periódicas, como qualquer estrutura.

A Aquisição de Serviços de Sinalização Viária, atente as estruturas de engenharia de tráfego de Camocim-CE, são necessários para executar sinalização vertical (placas) em ruas, sinalização horizontal (pinturas), isolamentos nas avenidas do Município, é motivada pela necessidade de garantir o desenvolvimento e modernidade da cidade. A Prefeitura Municipal de Camocim-CE, por meio de políticas dedicadas ao compromisso permanente de aprimorar os padrões de qualidade urbana, busca acolher os objetivos, que pressupõem melhor comodidade aos camocinenses, contribuindo de forma significativa com a modernidade da Urbe, inferindo de maneira singular no seu comprometimento no desenvolvimento da cidade. O serviço a ser realizado, os objetos e mão de obra específica é fundamental para garantir a boa realização da demanda apreciada.

Diante do exposto acima, itens como: tachões, controlador semafórico programável microprocessado, placa de sinalização, manutenção de semáforos, pintura para sinalização horizontal e outros materiais, são essenciais para manter o comprometimento da gestão municipal no desenvolvimento, modernidade e a Segurança Viária do Município.

Portanto, a disponibilidade desses materiais e a realização do Objeto, são essenciais para manter o cuidado integral da gestão com o compromisso com o povo de Camocim-CE.

Contudo, a falta do Objeto e dos materiais, no cenário atual, evidencia, uma lacuna no atendimento das necessidades das ruas e avenidas do Município. Isso impõe uma urgência no processo licitatório para garantir que tal demanda seja

fornecida de maneira eficiente e conforme legislações pátrias.

A Administração Municipal, empenhada em tornar as medidas necessárias para o desenvolvimento e modernidade da cidade, trazendo conforto e bem-estar para a comunidade do Município. A publicação do processo licitatório, será conduzido com a máxima prioridade, refletindo o compromisso da Prefeitura Municipal de Camocim-CE, com a excelência e cuidado destinado aos políticas dedicadas ao compromisso permanente de aprimorar os padrões de qualidade urbana, busca acolher os objetivos, que pressupõem melhor comodidade aos camocinenses, contribuindo de forma significativa com a modernidade da Urbe, inferindo de maneira singular no seu comprometimento no desenvolvimento da cidade. O serviço a ser realizado, os objetos e mão de obra específica é fundamental para garantir a boa realização da demanda apreciada.

Diante do exposto acima, itens como: tachões, controlador semafórico programável microprocessado, placa de sinalização, manutenção de semáforos, pintura para sinalização horizontal e outros materiais, são essenciais para manter o comprometimento da gestão municipal no desenvolvimento, modernidade e a Segurança Viária do Município.

Portanto, a disponibilidade desses materiais e a realização do Objeto, são essenciais para manter o cuidado integral da gestão com o compromisso com o povo de Camocim-CE.

Contudo, a falta do Objeto e dos materiais, no cenário atual, evidencia, uma lacuna no atendimento das necessidades das ruas e avenidas do Município. Isso impõe uma urgência no processo licitatório para garantir que tal demanda seja fornecida de maneira eficiente e conforme legislações pátrias.

A Administração Municipal, empenhada em tornar as medidas necessárias para o desenvolvimento e modernidade da cidade, trazendo conforto e bem-estar para a comunidade do Município. A publicação do processo licitatório, será conduzido com a máxima prioridade, refletindo o compromisso da Prefeitura Municipal de Camocim-CE, com a excelência e cuidado destinado aos camocinenses.

A Aquisição de Implantação e Manutenção de Sinalização nas vias urbanas de Camocim-CE é uma medida estratégica e essencial para o desenvolvimento sustentável e seguro da cidade. Além de promover a segurança viária e a eficiência do trânsito, contribui para o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Portanto, é de extrema importância que se destinem recursos para a implementação desse projeto, visando o bem-estar coletivo, a modernidade e o futuro próspero de Camocim-CE.

Justificativa para Renovação dos Quantitativos:

A renovação dos quantitativos é necessária para garantir que a sinalização viária do município esteja atualizada e em conformidade com as normas e

padrões de segurança vigentes. Com o tempo, os quantitativos podem se tornar desatualizados, o que pode levar a:

- Risco de acidentes: A falta de sinalização adequada pode aumentar o risco de acidentes, colocando em perigo a vida de motoristas, pedestres e ciclistas.
- Ineficiência no tráfego: A sinalização desatualizada pode causar congestionamentos e atrasos, prejudicando a mobilidade urbana e a economia local.
- Perda de recursos: A falta de atualização dos quantitativos pode levar a perda de recursos financeiros, pois os valores orçamentários podem ser comprometidos ou cancelados.

A renovação dos quantitativos permitirá:

- Atualizar a sinalização: Garantir que a sinalização viária esteja em conformidade com as normas e padrões de segurança vigentes.
- Melhorar a segurança: Reduzir o risco de acidentes e melhorar a segurança dos cidadãos.
- Otimizar o tráfego: Melhorar a fluidez do tráfego e reduzir os congestionamentos.

Portanto, a renovação dos quantitativos é fundamental para garantir a segurança e a eficiência da sinalização viária do município.

3.2. JUSTIFICATIVA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A utilização do Sistema de Registro de Preço (SRP) é justificada pelos seguintes motivos:

- Flexibilidade: O SRP permite a contratação de bens e serviços de forma flexível, sem a necessidade de realizar uma licitação específica para cada contratação.
- Economia: O SRP pode gerar economia para a Administração Pública, pois permite a contratação de bens e serviços a preços mais competitivos, devido à possibilidade de realizar compras em maior escala.
- Agilidade: O SRP permite a contratação de bens e serviços de forma mais ágil, pois dispensa a realização de uma licitação específica para cada contratação.
- Atendimento às necessidades: O SRP permite atender às necessidades da Administração Pública de forma mais eficaz, pois permite a contratação de bens e serviços de forma mais rápida e flexível.

No caso específico da contratação de serviço de implantação e manutenção de sinalização viária, o SRP é justificado pela necessidade de:

- Atender às necessidades de manutenção: A sinalização viária requer manutenção constante para garantir a segurança dos cidadãos.

- Realizar contratações de forma ágil: O SRP permite realizar contratações de forma ágil e flexível, o que é fundamental para atender às necessidades de manutenção da sinalização viária.

Portanto, a utilização do SRP é justificada pela necessidade de atender às necessidades da Administração Pública de forma eficaz e eficiente. ☺

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O método utilizado pelo DEMUTRAN (Departamento Municipal de Trânsito de Camocim-CE, Órgão de fiscalização de trânsito ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim/CE, para a Estimativa das Quantidades a serem contratadas baseai-se no histórico de aquisições anteriores e nos quantitativos. Diante da Estimativa das Quantidades a serem contratadas, foi realizada com base em uma análise detalhada das demandas passadas relacionado ao DEMUTRAN à frente das aquisições anteriores e manutenções da Sinalização Viária. Para nova demanda, foram levados em consideração, o aumento do fluxo de veículos (ruas e avenidas mais movimentadas), o aumento populacional do município, novos bairros, complexidade da rede viária, a deterioração dos equipamentos de sinalização, devido a "maresia".

A metodologia de cálculo envolve:

1. Definição do escopo do serviço: Identificar os serviços a ser prestados, incluindo a implantação e manutenção de sinalização viária, placas verticais, sinalização horizontal, semáforos, etc;
2. Levantamento de dados: Coletar dados sobre a rede viária do município, incluindo a quantidade de vias, interseções, semáforos, etc; e
3. Definição dos padrões de serviço: Estabelecer padrões de serviço para a sinalização viária, incluindo a frequência de manutenção, tempo de resposta para reparos, etc.

Esse levantamento considerou, além das demandas já existentes, a previsibilidade de novas necessidades.

Na planilha abaixo consta a especificação resumida dos itens, bem como o quantitativo a ser licitado.

QUANTIDADE/ESPECIFICAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QNT

1	BRAÇOPROJETADO 101 MM X 4.70 0MM GALVANIZADO, CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO, GALVANIZADO A FOGO, MEDINDO DIÂMETRO EXTERNO 4" X 4.700 MM DE PROJEÇÃO E ESPESSURA DA PAREDE 4,25 MM, APLICAÇÃO DE TRATAMENTO QUÍMICO DE LIMPEZA, COM INSTALAÇÃO.	UND	06
2	CABOPP 4 X 1,5 (METRO), COM INSTALAÇÃO.	UND	500
3	COLUNA 114 MM X 6000 MM, GALVANIZADA, CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO, GALVANIZADO A FOGO, MEDINDO DIÂMETRO EXTERNO 4 ½" X 6000 MM E ESPESSURA DA PAREDE 4,25 MM, COM ALETAS ANTI-GIRO, APLICAÇÃO DE TRATAMENTO QUÍMICO DE LIMPEZA. COM INSTALAÇÃO.	UND	06
4	CONTROLADOR SEMAFÓRICO PROGRAMÁVEL, MICROPROCESSADO, PARA SEMÁFOROS VEICULARES MAIS UMA FASE PARA PEDESTRES. PROGRAMÁVEL DIRETAMENTE NA PLACA VIA QUATRO BOTÕES E UM DISPLAY LCD DE DUAS LINHAS COM BACKLIGHT P/ VISÃO NOTURNA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA). COM INSTALAÇÃO.	UND	02
5	FONTE CHAVEADA DE 12V, 10 A. PARA CONTROLADOR SEMAFÓRICO – COM INSTALAÇÃO	UND	10
6	CONTADOR GRUPO FOCAL VEICULAR TIPO I COM NUMÉRICO DIGITAL NO MÓDULO AMARELO, DE 300MM, DEVENDO APRESENTAR QUANDO NÃO ESTIVER NO AMARELO, A CONTAGEM DE SEGUNDOS NO TEMPO VERDE, QUANDO O MÓDULO VERDE 200MM ESTIVER ACESO, E A CONTAGEM NO TEMPO VERMELHO, QUANDO O MÓDULO DE 200MM VERMELHO ESTIVER ACESO. O EQUIPAMENTO DEVE SER FABRICADO EM FIBRA DE VIDRO, NA COR PRETO FUSCO, INTEGRADO COM TRÊS MÓDULOS DE LED'S, 01 VERMELHO DE 200MM, 01 AMARELO/CONTADOR BICOLOR DE 300MM, E 01 VERDE DE 200MM. COM INSTALAÇÃO.	UND	06
7	LÂMPADAS DE LED'S DE 200MM, NAS CORES VERMELHA, AMARELA E VERDE, COM NO MÍNIMO DE 100 LED'S NO FOCO DE 7.000MCD DE INTENSIDADE CADA LED, (A COR SERÁ DEFINIDA NO ATO DO PEDIDO). COM INSTALAÇÃO.	UND	40
8	PLACA CPU PRINCIPAL, PARA CONTROLADOR SEMAFÓRICO. COM INSTALAÇÃO.	UND	05
9	PLACA DE SINALIZAÇÃO, PAINEL CONFECCIONADO EM MADEIRA REFLETIVO, FABRICADA EM CHAPA DE FERRO GALVANIZADO 20 2X1 – 15,25 KG, COM FORNECIMENTO E APLICAÇÃO (MODELO DE PLACAS, TAMANHOS, LOCAL DE INSTALAÇÃO, SERÁ DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO).	UND	20
10	TACHÃO BIDIRECIONAL AMARELO, REFLETIVO COM INSTALAÇÃO.	UND	1500

11	TUBOGALVANIZADO DE 3 METROS DE ALTURA, E 2" POLEGADAS PARA SUSTENTAÇÃO DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO. COM INSTALAÇÃO.	UND	100
12	PINTURA MANUAL DE FAIXAS RETRO REFLEXIVAS DE FAIXAS DE RETENÇÃO E DE PEDESTRE E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL GERAL.	M ²	3000
13	MANUTENÇÃOCORRETIVA, ATRAVÉS DE EQUIPETECNICAESPECIALIZADA, NO SISTEMA DE SINALIZAÇÃOSEMAFORICA, COMO IMPLANTAÇÃO DE PEÇAS, REPARO, CONSERTO, PROGRAMAÇÃO DE CONTROLADOR, E ENTRE OUTROS, PARA BOM FUNCIONAMENTO DA REDE DE SINALIZAÇÃOSEMAFORICA, QUANDOSOLICITADOPELA SECRETARIA/ÓRGÃOCONTRATANTE.	SERV	08

As informações constantes nas tabelas acima contêm as descrições de cada item que compõem o objeto global do presente estudo, baseadas no histórico de consumo e nas necessidades previstas pela Contratante.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis e na justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. O objeto demandado possui contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de uma demanda exclusiva ou incomum para o mercado.

A verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação possibilitou a realização de um levantamento de mercado. Assim, foram analisadas alternativas disponíveis no mercado e contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

As aquisições contratadas são classificadas como "bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado", conforme disposto no inciso XIII, do Art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.

Fontes consultadas:

Parâmetros utilizados na definição do Valor estimado

Para a definição do valor estimado da contratação, foram aplicados os seguintes parâmetrosconforme IN SEGES/ME nº 65/2021:

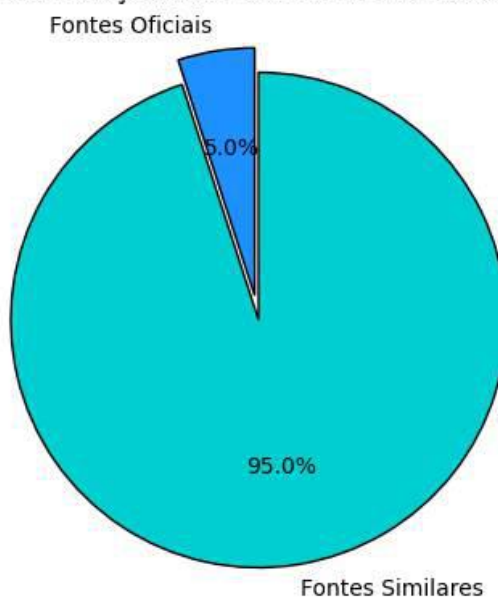
Artigo 5º, Inciso I: composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do itemcorrespondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços

ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente.

Artigo 5º, Inciso II: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.

O gráfico abaixo representa a distribuição dos parâmetros utilizados para definir o valor estimado.

Distribuição dos Parâmetros Utilizados



A análise dos dados permite observar a importância de cada parâmetro na estimativa de preços, oferecendo maior confiabilidade ao processo.

Prioridade nas consultas aos sistemas oficiais e contratações públicas em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, a pesquisa de preços priorizou exclusivamente a consulta aos sistemas oficiais de preços do governo e contratações públicas similares realizadas anteriormente. O Painel de Preços do governo e o banco de preços em saúde forneceram valores de referência confiáveis para serviços de manutenção e substituição de peças, consolidando uma base sólida de preços praticados no setor público.

Além disso, a análise de contratações semelhantes realizadas por outros órgãos no último ano permitiu uma comparação contextualizada dos valores praticados recentemente. Dada a adequação dos dados encontrados nessas fontes para o objeto desta contratação, optou-se por não realizar pesquisa direta com fornecedores, uma vez que os valores obtidos são considerados representativos e suficientemente atualizados para a composição do preço estimado.

Consideração do mínimo de três cotações. Para garantir a precisão e a confiabilidade na definição do valor estimado, foram analisados preços obtidos a partir de cotações válidas, em conformidade com os parâmetros definidas no item 2.1 desta Nota Técnica.

Esse procedimento busca garantir que o valor estimado seja fundamentado em informações consistentes, refletindo as condições reais do mercado e alinhando-se às melhores práticas de contratação pública.

Sempre que possível, o projeto foi realizado com base em um conjunto de três ou mais cotações obtidas de fontes confiáveis e representativas do mercado. Essa abordagem promove uma amostragem robusta, conferindo maior precisão ao valor estimado e assegurando a representatividade do levantamento de preços. Além disso, tal prática reforça a transparência e a fundamentação técnica do processo de contratação, cumprindo os princípios de economicidade e eficiência.

Conforme definido no item 2.1 desta Nota Técnica, as cotações foram selecionadas e evidenciadas de modo a excluir preços inexecutáveis, inconsistentes ou esperados elevados, garantindo que o valor estimado seja construído com base em dados de qualidade e condições com a realidade mercadológica. Essa metodologia também visa evitar distorções que possam comprometer a regularidade do processo licitatório.

Esse método reforça o compromisso com uma gestão pública responsável, promovendo a aplicação criteriosa dos recursos públicos e garantindo que o processo licitatório seja prorrogado com o devido rigor técnico e alinhamento às normas aplicáveis.

Para a definição dos preços, foram realizadas consultas ao sistema Banco de Preços, bem como aos bancos de preços do governo, assegurando a ampla pesquisa de valores praticados no mercado.

Dessa forma, foi possível realizar o levantamento de mercado por meio da ID da Contratação no PNCP, garantindo uma análise abrangente e fundamentada para a tomada de decisão.

Item 1 - BRAÇO PROJETADO 101 MM X 4.700MM GALVANIZADO, CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO, GALVANIZADO A FOGO, MEDINDO DIÂMETRO EXTERNO 4" X 4.700 MM DE PROJEÇÃO E ESPESSURA DA PAREDE 4,25 MM, APLICAÇÃO DE TRATAMENTO QUÍMICO DE LIMPEZA, COM INSTALAÇÃO.

ESPECIFICAÇÃO:

BRAÇO PROJETADO 101 MM X 4.700MM GALVANIZADO, CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO, GALVANIZADO A FOGO, MEDINDO DIÂMETRO EXTERNO 4" X 4.700 MM DE PROJEÇÃO E ESPESSURA DA PAREDE 4,25 MM, APLICAÇÃO DE TRATAMENTO QUÍMICO DE LIMPEZA, COM INSTALAÇÃO

QUANT.	UNIDADE	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL. MINIMO (R\$)	REL. MÁXIMO (R\$)
--------	---------	--------	-----------------	-------	-------------------	-------------------

6,00	UNID	3	221,13	6,88 %	2.995,51	3.437,77
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE		DATA PRATICADA	PREÇO	
1.1.	Secretaria Municipal de Compras e Licitações - Santanade Parnaíba / SP	Portal de compras públicas		26/11/2025	3.207,92	
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR			CLASSIFICAÇÃO	
10455899		23.806.552/0001-97 - NEWTESC TECNOLOGIA E COMERCIOEIRELI			Exequível	
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE		DATA PRATICADA	PREÇO	
1.2.	Prefeitura Municipal de Jataí - Jataí / GO	Portal de compras públicas		07/11/2025	3.442,00	
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR			CLASSIFICAÇÃO	
10455902		70.999.289/0001-80 - SINAL MINAS LTDA			Exequível	
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE		DATA PRATICADA	PREÇO	
1.3.	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Mobilidade Urbana - Paraíso do Tocantins / TO	Portal de compras públicas		24/09/2025	3.000,00	
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR			CLASSIFICAÇÃO	
10455900		00.390.052/0001-11 - CONTRANSIN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME			Exequível	

Item 2 - CABO PP 4 X 1,5 (METRO), COM INSTALAÇÃO.						
ESPECIFICAÇÃO: CABO PP 4 X 1,5 (METRO), COM INSTALAÇÃO.						
QUANT.	UNIDADE	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL. MINIMO (R\$)	REL. MÁXIMO (R\$)
500,00	UNID	3	4,37	19,8 9%	17,60	26,34
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE		DATA PRATICADA	PREÇO	
2.1.	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Recursos Hidricos - Piquet Carneiro / CE	M2A Compras		30/01/2026	26,94	

IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO	
10455913		46.730.051/0001-70 - J. M. UCHOA JUNIOR & CIA LTDA		Exequível	
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO	
2.2.	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO - Capitão Poço / PA	Portal de compras públicas	08/11/2025	18,76	
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO	
10455916		48.224.252/0001-20 - TARTECSOLUCOES E COMERCIO LTDA		Exequível	
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO	
2.3.	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO - Capitão Poço / PA	Portal de compras públicas	08/11/2025	20,20	
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO	
10455918		48.224.252/0001-20 - TARTECSOLUCOES E COMERCIO LTDA		Exequível	

Item 3 - COLUNA 114 MM X 6000 MM, GALVANIZADA, CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO, GALVANIZADO AFOGO, MEDINDO DIÂMETRO EXTERNO 4 ½" X 6000 MM E ESPESSURA DA PAREDE 4,25 MM, COM ALETAS ANTI-GIRO, APLICAÇÃO DE TRATAMENTO QUÍMICO DE LIMPEZA. COM INSTALAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO:
COLUNA 114 MM X 6000 MM, GALVANIZADA, CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO, GALVANIZADO A FOGO, MEDINDO DIÂMETRO EXTERNO 4 ½" X 6000 MM E ESPESSURA DA PAREDE 4,25 MM, COM ALETAS ANTI-GIRO, APLICAÇÃO DE TRATAMENTO QUÍMICO DE LIMPEZA COM INSTALAÇÃO

QUANT.	UNIDADE	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL. MÍNIMO (R\$)	REL. MÁXIMO (R\$)
6,00	UNID	3	248,51	7,67 %	2.990,29	3.487,31
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		
3.1.	Prefeitura Municipal de Lavras - Lavras / MG	Portal de compras públicas	25/11/2025	3.496,00		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10455932		70.999.289/0001-80 - SINAL MINAS LTDA		Exequível		

PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO
3.2.	Prefeitura Municipal de São Leopoldo - São Leopoldo / RS	Portal de compras públicas	25/11/2025	3.000,00
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO
10455947		00.390.052/0001-11 - CONTRANSIN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME		Exequível
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO
3.3.	Prefeitura Municipal de Joaçaba - Joaçaba / SC	Portal de compras públicas	31/07/2025	3.220,40
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO
10455951		10.657.917/0001-17 - SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DESINALIZACAOVIARIAEIRELI - EPP		Exequível

Item 4 - CONTROLADOR SEMAFÓRICO PROGRAMÁVEL, MICROPROCESSADO, PARA SEMÁFOROS VEICULARES MAIS UMA FASE PARA PEDESTRES. PROGRAMÁVEL DIRETAMENTE NA PLACA VIA QUATRO BOTÕES E UMDISPLAY LCD DE DUAS LINHAS COM BACKLIGHT P/ VISÃO NOTURNA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOTERMO DE REFERENCIA). COM INSTALAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO:

CONTROLADOR SEMAFÓRICO PROGRAMÁVEL, MICROPROCESSADO, PARA SEMÁFOROS VEICULARES MAIS UMA FASE PARAPEDESTRES. PROGRAMÁVEL DIRETAMENTE NA PLACA VIA QUATRO BOTÕES E UM DISPLAY LCD DE DUAS LINHAS COM BACKLIGHT P/ VISÃO NOTURNA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA). COM INSTALAÇÃO

QUANT.	UNIDADE	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL. MINIMO (R\$)	REL. MÁXIMO (R\$)
2,00	UNID	3	2.384,46	19,5 4%	9.818,87	14.587,79
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		
4.1.	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - Santo Antônio da Patrulha / RS	Portal de compras públicas	30/05/2025	9.450,00		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10455982		24.408.472/0001-46 - CIDADE VERDE SINALIZACAOVIARIA LTDA		Exequível		
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA			

			PRATICADA	PREÇO		
4.2.	Prefeitura Municipal de Surubim - Surubim / PE	Portal de compras públicas	24/02/2025	13.580,00		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10455973		24.408.472/0001-46 - CIDADE VERDE SINALIZACAOVIARIALTDA		Exequível		
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		
4.3.	Prefeitura Municipal de Surubim - Surubim / PE	Portal de compras públicas	24/02/2025	13.580,00		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10455975		24.408.472/0001-46 - CIDADE VERDE SINALIZACAOVIARIALTDA		Exequível		
Item 5 - FONTE CHAVEADA DE 12V, 10 A. PARA CONTROLADOR SEMAFÓRICO – COM INSTALAÇÃO.						
ESPECIFICAÇÃO: FONTE CHAVEADA DE 12V, 10 A. PARA CONTROLADOR SEMAFÓRICO – COM INSTALAÇÃO.						
QUANT.	UNIDADE	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL. MINIMO (R\$)	REL. MÁXIMO (R\$)
10,00	UNID	3	65,10	15,0 4%	367,80	498,00
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		
5.1.	Secretaria Municipal de Compras e Licitações - Santanade Parnaíba / SP/ RS	Portal de compras públicas	24/10/2025	428,70		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10455993		31.819.201/0001-49 - LUHANA CRISTINA BILO - FESTAS		Exequível		
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		
5.2.	Prefeitura Municipal de Abaeté - São Gonçalo doAbaeté / MG	Portal de compras públicas	08/07/2025	500,00		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10455994		34.240.500/0001-12 - HMIFORMATICALTDA		Exequível		
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		

5.3.	Serviço Autônomo Municipal De Água e Esgoto de SãoBento do Sul - SAMAE - São Bento do Sul / SC	Portal de compras públicas	10/06/2025	370,00
------	--	----------------------------	------------	--------

IDENTIFICAÇÃO	FORNECEDOR	CLASSIFICAÇÃO
10455997	55.473.645/0001-33 - LOPES & BREMEN EQUIPAMENTOS LTDA	Exequível

Item 6 - GRUPO FOCAL VEICULAR TIPO I COM CONTADOR NUMERICO DIGITAL NO MODULO AMRELO, DE 300MM, DEVENDO APRESENTA QUANDO NÃO ESTIVER NO AMRELO, A CONTAGEM DE SEGUNDOS NO TEMPO VERDE, QUANDO O MODULO VERDE 200MM ESTIVER ACESO, E A CONTAGEM NO TEMPO VERMELHO, QUANDO O MODULO DE 200MM VERMELHO ESTIVER ACESO. O EQUIPAMENTO DEVE SER FABRICADO EMFIBRA DE VIDRO, NA COM PRETO FUSCO, INTEGRADO COM TRÊS MODULOS DE LED´S, 01 VERMELHO DE200MM, 01 AMARELO/CONTADOR BICOLOR DE 300MM, E 01 VERDE DE 200MM. COM INSTALAÇÃO.

ESPECIFICAÇÃO:

GRUPO FOCAL VEICULAR TIPO I COM CONTADOR NUMERICO DIGITAL NO MODULO AMRELO, DE 300MM, DEVENDO APRESENTAQUANDO NÃO ESTIVER NO AMRELO, A CONTAGEM DE SEGUNDOS NO TEMPO VERDE, QUANDO O MODULO VERDE 200MMESTIVER ACESO, E A CONTAGEM NO TEMPO VERMELHO, QUANDO O MODULO DE 200MM VERMELHO ESTIVER ACESO. OEQUIPAMENTO DEVE SER FABRICADO EM FIBRA DE VIDRO, NA COM PRETO FUSCO, INTEGRADO COM TRÊS MODULOS DE LED´S,01 VERMELHO DE 200MM, 01 AMARELO/CONTADOR BICOLOR DE 300MM, E 01 VERDE DE 200MM. COM INSTALAÇÃO.

QUANT.	UNIDAD E	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL. MINIMO (R\$)	REL. MÁXIMO (R\$)
6,00	UNID	4	2.023,41	28,2 5%	5.139,29	9.186,11

PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO
6.1.	Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim - Cachoeiro de Itapemirim / ES	Portal de compras públicas	24/11/2025	5.250,80

IDENTIFICAÇÃO	FORNECEDOR	CLASSIFICAÇÃO
10456044	00.390.052/0001-11 - CONTRANSIN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	Exequível

PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO
-------	---------------	-------	----------------	-------

6.2.	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - São Gonçalo do Amarante / CE	Compras Municipais-CE	03/07/2025	9.000,00		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10456039		24.153.640/0001-08 - J F DA SILVA COMERCIO &SERVICOS		Exequível		
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		
6.3.	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Mobilidade Urbana - Paraíso do Tocantins / TO	Portal de compras públicas	12/06/2025	8.820,00		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10456046		00.390.052/0001-11 - CONTRANSIN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME		Exequível		
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		
6.4.	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Mobilidade Urbana - Paraíso do Tocantins / TO	Portal de compras públicas	12/06/2025	5.580,00		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10456036		00.390.052/0001-11 - CONTRANSIN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME		Exequível		
Item 7 - LÂMPADAS DE LED'S DE 200MM, NAS CORES VERMELHA, AMARELA E VERDE, COM NO MÍNIMO DE 100LED'S NO FOCO DE 7.000MCD DE INTENSIDADE CADA LED, (A COR SERÁ DEFINIDA NO ATO DO PEDIDO) COMINSTALAÇÃO.						
ESPECIFICAÇÃO: LÂMPADAS DE LED'S DE 200MM, NAS CORES VERMELHA, AMARELA E VERDE, COM NO MÍNIMO DE 100 LED'S NO FOCO DE7.000MCD DE INTENSIDADE CADA LED, (A COR SERÁ DEFINIDA NO ATO DO PEDIDO) COM INSTALAÇÃO.						
QUANT.	UNIDADE	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL. MINIMO (R\$)	REL. MÁXIMO (R\$)
40,00	UNID	3	30,24	11,4 1%	234,92	295,40
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		

7.1.	PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBERIBE - Beberibe / CE	Compras Municipais-CE	13/05/2025	235,00		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10456091		39.383.894/0001-81 - DFRAN TECNOLOGIA EM SINALIZACAOVIARIALTA		Exequível		
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		
7.2.	Autarquia Municipal de Transito - Morada Nova / CE	M2A Compras	07/05/2025	295,48		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10456083		01.397.622/0001-68 - LUIZ MAURO FERREIRA		Exequível		
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		
7.3.	PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ - Aquiraz / CE	Compras Municipais-CE	01/04/2025	265,00		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10456104		24.153.640/0001-08 - J F DA SILVA COMERCIO &SERVICOS		Exequível		
Item 8 - PLACA CPU PRINCIPAL, PARA CONTROLADOR SEMAFÓRICO COM INSTALAÇÃO						
ESPECIFICAÇÃO: PLACA CPU PRINCIPAL, PARA CONTROLADOR SEMAFÓRICO COM INSTALAÇÃO						
QUANT.	UNIDADE	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL. MINIMO (R\$)	REL. MÁXIMO (R\$)
5,00	UNID	3	510,58	12,34%	3.627,42	4.648,58
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		
8.1.	CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA/PR - Apucarana/ PR	Painel de Preços	15/04/2025	4.500,00		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10456275		49.457.481/0001-58 - V M DISTRIBUIDORA DE COMPUTADORES LTDA		Exequível		
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		
8.2.	Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - Joaçaba, Herval d'Oeste e	Portal de compras públicas	25/03/2025	3.554,00		

	Luzerna - SIMAEJHL - Joaçaba / SC					
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR			CLASSIFICAÇÃO	
10456127		50.289.378/0001-25 - VERTICAL MANUTENCAODE ELEVADORES LTDA			Exequível	
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA		PREÇO	
8.3.	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS - Santa Maria / RS	Painel de Preços	15/03/2025		4.360,00	
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR			CLASSIFICAÇÃO	
10456273		36.943.676/0001-66 - 36.943.676 ANA PAULA TORRESMAGALHAES			Exequível	
Item 9 - PLACA DE SINALIZAÇÃO, PAINEL CONFECCIONADO EM ADESIVO REFLETIVO, FABRICADA EM CHAPADE FERRO GALVANIZADO 20 2X1 – 15,25 KG, COM FORNECIMENTO E APLICAÇÃO (MODELO DE PLACAS,TAMANHOS, LOCAL DE INSTALAÇÃO, SERÁ DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO)						
ESPECIFICAÇÃO: PLACA DE SINALIZAÇÃO, PAINEL CONFECCIONADO EM ADESIVO REFLETIVO, FABRICADA EM CHAPA DE FERRO GALVANIZADO 202X1 – 15,25 KG, COM FORNECIMENTO E APLICAÇÃO (MODELO DE PLACAS, TAMANHOS, LOCAL DE INSTALAÇÃO, SERÁ DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO)						
QUANT.	UNIDAD E	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL. MINIMO (R\$)	REL. MÁXIMO (R\$)
20,00	UNID	3	59,93	5,81 %	970,99	1.090,85
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA		PREÇO	
9.1.	CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA - Ubajara / CE	Compras Municipais-CE	19/12/2025		1.000,00	
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR			CLASSIFICAÇÃO	
10456524		45.814.148/0001-06 - MARCELO AUGUSTO VIEIRA MELO			Exequível	
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA		PREÇO	
9.2.	Setor de Compras - Dois Irmãos das Missões / RS	Portal de compras públicas	04/11/2025		1.100,00	
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR			CLASSIFICAÇÃO	
10456515		55.856.936/0001-00 - PRIME SINALIZACAOLTDA			Exequível	
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA		PREÇO	

9.3.	Setor de Compras - Santana da Boa Vista / RS	Portal de compras públicas	PRATICADA	18/06/2025	992,77	
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10456518		10.942.618/0001-24 - FUTURATECSEGURANCA DO TRABALHO EQUALIFICACAOPROFISSIONAL LTDA.		Exequível		
Item 10 - TACHÃO BIDIRECIONAIS AMARELO, REFLETIVO COM INSTALAÇÃO.						
ESPECIFICAÇÃO: TACHÃO BIDIRECIONAIS AMARELO, REFLETIVO COM INSTALAÇÃO.						
QUANT.	UNIDADE	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL. MÍNIMO (R\$)	REL. MÁXIMO (R\$)
1.500,00	UNID	3	8,84	14,5 4%	51,95	69,63
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA		FONTE		DATA PRATICADA	PREÇO
10.1.	PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL - Cascavel / CE		Compras Municipais-CE		05/11/2025	70,00
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10456540		27.403.746/0001-00 - PROVIA PESQUISA DESENVOLVIMENTOINDUSTRIA E COMERCIO LTDA		Exequível		
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA		FONTE		DATA PRATICADA	PREÇO
10.2.	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARJOTA - Varjota / CE		Compras Municipais-CE		21/08/2025	60,00
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10456539		39.383.894/0001-81 - DFRAN TECNOLOGIA EM SINALIZACAОВIARIALLTDA		Exequível		
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA		FONTE		DATA PRATICADA	PREÇO
10.3.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - Jaguaré / ES		Portal de compras públicas		27/03/2025	52,37
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10456536		17.776.149/0001-60 - RC CONSTRUCAO E ENGENHARIA LTDA		Exequível		
Item 11 - TUBO GALVANIZADO DE 3 METROS DE ALTURA, E 2" POLEGADAS PARA SUSTENTAÇÃO DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO. COM INSTALAÇÃO						
ESPECIFICAÇÃO:						

TUBO GALVANIZADO DE 3 METROS DE ALTURA, E 2" POLEGADAS PARA SUSTENTAÇÃO DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO COMINSTALAÇÃO

QUANT.	UNIDADE	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL. MINIMO (R\$)	REL. MÁXIMO (R\$)
100,00	UNID	3	106,41	12,6 7%	733,81	946,63

PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO
11.1.	Prefeitura Municipal de Matões - Matões do Norte / MA	Portal de compras públicas	05/12/2025	957,60

IDENTIFICAÇÃO	FORNECEDOR	CLASSIFICAÇÃO
10457116	15.073.053/0001-00 - IRM CONSTRUTORA LTDA	Exequível

PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO
11.2.	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Governador Edison Lobão - Governador Edison Lobão / MA	Portal de compras públicas	21/07/2025	750,07

IDENTIFICAÇÃO	FORNECEDOR	CLASSIFICAÇÃO
10457114	03.318.489/0001-32 - C. V. COMERCIO DE MATERIAIS DECONSTRUCAOLTDA	Exequível

PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO
11.3.	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS - São Carlos / SC	Portal de compras públicas	05/06/2025	813,00

IDENTIFICAÇÃO	FORNECEDOR	CLASSIFICAÇÃO
10457129	05.760.567/0001-80 - EQUIPAMENTOS HIDRAULICOSMARAVILHA LTDA	Exequível

Item 12 - PINTURA MANUAL DE FAIXAS RETRO REFLEXIVAS DE FAIXAS DE RETENÇÃO E DE PEDESTRE ESINALIZAÇÃO HORIZONTAL GERAL

ESPECIFICAÇÃO:
PINTURA MANUAL DE FAIXAS RETRO REFLEXIVAS DE FAIXAS DE RETENÇÃO E DE PEDESTRE E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL GERAL.

QUANT.	UNIDADE	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL. MINIMO (R\$)	REL. MÁXIMO (R\$)
3.000,00	M ²	3	4,84	14,0 2%	29,69	39,37

PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO

12.1.	Secretaria de Gestão, Inovação e Tecnologia - Capão da Canoa / RS	Portal de compras públicas	31/12/2025	32,79		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10457139		00.551.460/0001-08 - OSMAR M JORGE & CIA LTDA		Exequível		
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		
12.2.	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA - Jaguaruana / CE	Compras Municipais-CE	01/12/2025	40,00		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10457135		27.403.746/0001-00 - PROVIA PESQUISA DESENVOLVIMENTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		Exequível		
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		
12.3.	AUTARQUIA MUNIC. DE TRANSIT. E TRANSP. ROD. EURBA - Quixeramobim / CE	Compras Municipais-CE	12/09/2025	30,80		
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO		
10457143		27.403.746/0001-00 - PROVIA PESQUISA DESENVOLVIMENTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		Exequível		
Item 13 - MANUTENÇÃO CORRETIVA, ATRAVÉS DE EQUIPE TECNICA ESPECIALIZADA, NO SISTEMA DESINALIZAÇÃO SEMAFORICA, COMO IMPLANTAÇÃO DE PEÇAS, REPARO, CONserto, PROGRAMAÇÃO DECONTROLADOR, E ENTRE OUTROS, PARA BOM FUNCIONAMENTO DA REDE DE SINALIZAÇÃO SEMAFORICA, QUANDO SOLICITADO PELA SECRETARIA/ORGÇAO CONTRATANTE.						
ESPECIFICAÇÃO: MANUTENÇÃO CORRETIVA, ATRAVÉS DE EQUIPE TECNICA ESPECIALIZADA, NO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO SEMAFORICA, COMO IMPLANTAÇÃO DE PEÇAS, REPARO, CONserto, PROGRAMAÇÃO DE CONTROLADOR, E ENTRE OUTROS, PARA BOM FUNCIONAMENTO DA REDE DE SINALIZAÇÃO SEMAFORICA, QUANDO SOLICITADO PELA SECRETARIA/ORGÇAO CONTRATANTE.						
QUANT.	UNIDAD E	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL. MINIMO (R\$)	REL. MÁXIMO (R\$)
8,00	SERVIÇ O	3	88,19	6,86 %	1.196,89	1.373,27
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO		
13.1.	PREFEITURA MUNICIPAL	Compras	30/07/2025			

	DE HORIZONTE - Horizonte / CE	Municipais-CE		1.336,00
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO
10457154		07.832.591/0001-02 - TECTRANSLTDA		Exequível
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO
13.2.	PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE - Horizonte / CE	Compras Municipais-CE	30/06/2025	1.336,00
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO
10457158		07.832.591/0001-02 - TECTRANSLTDA Exequível PREÇO ÓRGÃO/EMPRESA FONTE		Exequível
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA	FONTE	DATA PRATICADA	PREÇO
13.3.	Central de Licitações, Compras e Contratos - Vitória / ES	Portal de compras públicas	15/04/2025	1.183,25
IDENTIFICAÇÃO		FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO
10457180		05.970.357/0001-16 - KARISTEN COMERCIO E SERVICOSMECANICOS E ELETRICOSLTDA		Exequível

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O preço estimado para a contratação é de **R\$ 462.421,94** (quatrocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	BRAÇOPROJETADO 101 MM X 4.70 0MM GALVANIZADO, CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO, GALVANIZADO A FOGO, MEDINDO DIÂMETRO EXTERNO 4" X 4.700 MM DE PROJEÇÃO E ESPESSURA DA PAREDE 4,25 MM, APLICAÇÃO DE TRATAMENTO QUÍMICO DE LIMPEZA, COM INSTALAÇÃO.	6,00	R\$ 3.500,00	R\$ 21.000,00
2	CABO PP 4 X 1,5 (METRO), COM	500,0	R\$ 19,80	R\$ 9.900,00

	INSTALAÇÃO.			
3	COLUNA 114 MM X 6000 MM, GALVANIZADA, CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO, GALVANIZADO A FOGO, MEDINDO DIÂMETRO EXTERNO 4 ½" X 6000 MM E ESPESSURA DA PAREDE 4,25 MM, COM ALETAS ANTI-GIRO, APLICAÇÃO DE TRATAMENTO QUÍMICO DE LIMPEZA. COM INSTALAÇÃO.	6,0	R\$ 3.600,00	R\$ 21.600,00
4	CONTROLADOR SEMAFÓRICO PROGRAMÁVEL, MICROPROCESSADO, PARA SEMÁFOROS VEICULARES MAIS UMA FASE PARA PEDESTRES. PROGRAMÁVEL DIRETAMENTE NA PLACA VIA QUATRO BOTÕES E UM DISPLAY LCD DE DUAS LINHAS COM BACKLIGHT P/ VISÃO NOTURNA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA). COM INSTALAÇÃO.	2,0	R\$ 9.500,00	R\$ 19.000,00
5	FONTE CHAVEADA DE 12V, 10 A. PARA CONTROLADOR SEMAFÓRICO – COM INSTALAÇÃO.	10,0	R\$ 520,00	R\$ 5.200,00
6	CONTADOR GRUPO FOCAL VEICULAR TIPO I COM NUMERICO DIGITAL NO MODULO AMARELO, DE 300MM, DEVENDO APRESENTA QUANDO NÃO ESTIVER NO AMARELO, A CONTAGEM DE SEGUNDOS NO TEMPO VERDE, QUANDO O MODULO VERDE 200MM ESTIVER ACESO, E A CONTAGEM NO TEMPO VERMELHO, QUANDO O MODULO DE 200MM VERMELHO ESTIVER ACESO. O EQUIPAMENTO DEVE SER FABRICADO EM FIBRA DE VIDRO, NA COM PRETO FUSCO, INTEGRADO COM TRÊS MODULOS DE LED'S, 01 VERMELHO DE 200MM, 01 AMARELO/CONTADOR BICOLOR DE 300MM, E 01 VERDE DE	6,0	R\$ 7.900,00	R\$ 47.400,00

	200MM. COM INSTALAÇÃO.			
7	LÂMPADAS DE LED'S DE 200MM, NAS CORES VERMELHA, AMARELA E VERDE, COM NO MÍNIMO DE 100 LED'S NO FOCO DE 7.000MCD DE INTENSIDADE CADA LED, (A COR SERÁ DEFINIDA NO ATO DO PEDIDO). COM INSTALAÇÃO.	40,0	R\$ 560,00	R\$ 22.400,00
8	PLACA CPU PRINCIPAL, PARA CONTROLADOR SEMAFÓRICO. COM INSTALAÇÃO.	5,0	R\$ 4.250,00	R\$ 21.250,00
9	PLACA DE SINALIZAÇÃO, PAINEL CONFECCIONADO EM ADESIVO REFLETIVO, FABRICADA EM CHAPA DE FERRO GALVANIZADO 20 2X1 – 15,25 KG, COM FORNECIMENTO E APLICAÇÃO (MODELO DE PLACAS, TAMANHOS, LOCAL DE INSTALAÇÃO, SERÁ DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO).	20,0	R\$ 1.950,00	R\$ 39.000,00
10	TACHÃO BIDIRECIONAIS AMARELO, REFLETIVO COM INSTALAÇÃO.	1500,0	R\$ 74,40	R\$ 111.600,00
11	TUBO GALVANIZADO DE 3 METROS DE ALTURA, E 2" POLEGADAS PARA SUSTENTAÇÃO DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO. COM INSTALAÇÃO	100,0	R\$ 355,00	R\$ 35.500,00
12	PINTURA MANUAL DE FAIXAS RETRO REFLEXIVAS DE FAIXAS DE RETENÇÃO E DE PEDESTRE E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL GERAL.	3000,0	R\$ 42,20	R\$ 126.600,00
13	MANUTENÇÃO CORRETIVA, ATRAVÉS DE EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA, NO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO SEMAFORICA, COMO IMPLANTAÇÃO DE PEÇAS, REPARO, CONSERTO, PROGRAMAÇÃO DE CONTROLADOR, E ENTRE OUTROS, PARA BOM FUNCIONAMENTO DA REDE DE SINALIZAÇÃO SEMAFORICA, QUANDO SOLICITADO PELA	8,0	R\$ 1.900,00	R\$ 15.200,00

SECRETARIA/ÓRGÃO CONTRATANTE.			
-------------------------------	--	--	--

Esse valor, resultado de uma pesquisa de mercado ampla e criteriosa, reflete uma estimativa alinhada com as práticas atuais do setor e assegura que o processo licitatório seja fundamentado em valores justos e realistas.

Certifica-se, assim, que o preço estimado atende aos requisitos de vantajosidade e economicidade exigida pela Administração, promovendo uma contratação pública e ciente e em conformidade com o interesse público.

É importante ressaltar que esta estimativa serve como uma referência preliminar para o planejamento da contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução de contratação apresentada neste Estudo Técnico pretende evitar decisões emergenciais e o desperdício de recursos humanos e financeiros.

As aquisições, objeto da presente contratação, devem ser fornecidos por empresa de Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária ao DEMUTRAN (Departamento Municipal de Trânsito de Camocim-CE), Órgão de fiscalização ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE. O objetivo é contratar uma empresa de serviço para implantar e manter a sinalização viária do município, garantindo a segurança e a fluidez do tráfego, além de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Os quantitativos estimados das aquisições estão baseados nas necessidades do DEMUTRAN (Departamento Municipal de Trânsito de Camocim-CE), Órgão de fiscalização de trânsito ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim/CE, conforme o histórico de consumo e a demanda prevista, para assegurar a continuidade do serviço público.

As aquisições serão realizadas conforme a necessidade, evitando custos desnecessários e desperdícios, garantindo que a Administração tenha a flexibilidade de agir conforme suas demandas, com a devida adequação aos recursos disponíveis, na forma autorizada pelo Art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021.

A solução proposta engloba uma abordagem eficaz e segura, visando assegurar a qualidade, eficiência, segurança e fluidez ao tráfego da cidade, diante da demanda solucionada.

A contratação será realizada de acordo com as necessidades do DEMUTRAN (Departamento Municipal de Trânsito de Camocim-CE), Órgão de fiscalização de trânsito ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim/CE, através do setor responsável, que emitirá ordens de serviço/aquisição conforme a demanda e através das solicitações. Devido à natureza da contratação, há necessidade de manutenção e assistência para o objeto contratado.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Em observância ao disposto no art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, as licitações devem, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, adotar o parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade e ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala.

No presente caso, considerando a natureza integrada e a interdependência das atividades que compõem o objeto "Implantação e Manutenção de Sinalização Viária" conclui-se que o critério de julgamento deverá ocorrer por lote único, uma vez que a contratação de um único fornecedor assegura maior uniformidade técnica, padronização dos serviços, melhor coordenação operacional e redução de riscos relacionados à fragmentação das responsabilidades.

A adoção de múltiplos adjudicatários poderia comprometer a qualidade, a segurança e a eficiência da sinalização viária, além de elevar a complexidade da fiscalização e da gestão contratual, com potenciais impactos negativos na continuidade e na tempestividade das intervenções.

Ressalta-se, contudo, que a execução contratual ocorrerá de forma parcelada, conforme as demandas do Município e de acordo com cronograma e ordens de serviço específicas, possibilitando melhor adequação orçamentária, planejamento operacional e controle da execução, sem prejuízo da vantajosidade da contratação global.

Dessa forma, o modelo adotado, julgamento por lote único com execução parcelada, mostra-se o mais adequado para assegurar a economicidade, a eficiência administrativa, a padronização técnica e a continuidade do serviço público.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

O objetivo da contratação é oferecer à população serviços de qualidade, segurança, eficiência, fluidez no trânsito da cidade, continuidade do serviço público e reduzir o número de acidentes.

A Administração almeja com a presente contratação atender aos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, com respeito a impactos ambientais e financeiros positivos, buscando os **seguintes objetivos**:

- Garantir o fornecimento dos serviços essenciais, sempre embasados nos princípios da eficiência e sustentabilidade;
- Implantar uma sinalização viária eficiente e segura em todo o município;
- Reduzir o número de acidentes de trânsito em pelo menos 20% ao ano;
- Melhorar a fluidez do tráfego em 15% ao ano;
- Aumentar a satisfação dos cidadãos com a sinalização viária em 25% ao ano.

Metas específicas:

- Implantar novas placas de trânsito em locais estratégicos;
- Manter 100% das placas de trânsito existentes em boas condições;
- Realizar a manutenção preventiva dos semáforos por mês;
- Pintar 3.0000 metros quadrados de faixas de pedestres e sinalização horizontal.

Indicadores de Desempenho:

- Número de acidentes de trânsito por ano;
- Tempo médio de resposta para reparos de sinalização viária;
- Nível de satisfação dos cidadãos com a sinalização viária;
- Porcentagem de placas de trânsito em boas condições.

Cronograma:

- Implantação da sinalização viária: 6 (seis) meses;
- Manutenção da sinalização viária: contínua;
- Avaliação dos resultados: trimestral.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Será aplicável. Poderá haver necessidade de ajustes, pois a contratação será realizada conforme demanda específica e necessidade, em prazo compatível de acordo com as solicitações do DEMUTRAN (Departamento Municipal de Trânsito de Camocim-CE), Órgão de fiscalização de trânsito ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE. A contratada deverá prever frentes de serviço, sequência de atividades e uso de equipamentos necessários para garantir a aquisição dos serviços e materiais acessórios.

Principais providências prévias:

1. Definição do Escopo do Serviço: Definir claramente o escopo do serviço de implantação e manutenção de sinalização viária, incluindo os objetivos, metas e indicadores de desempenho;
2. Levantamento de Dados: Realizar um levantamento de dados sobre a rede viária do município, incluindo a quantidade de vias, interseções, semáforos, etc.
3. Análise de Mercado: Realizar uma análise de mercado para identificar as empresas que oferecem serviços de implantação e manutenção de sinalização viária;
4. Definição do Modelo de Contratação: Definir o modelo de contratação, incluindo o tipo de contrato (por exemplo, preço fixo, preço unitário, etc.) e o prazo de execução;
5. Definição do Orçamento: Definir o orçamento para o contrato, incluindo os custos de implantação e manutenção da sinalização viária.
6. Aprovação do Processo: Aprovar o processo de licitação e o edital junto aos órgãos competentes.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não serão necessárias contratações correlatas, uma vez que não guardarem relação direta na execução do objeto.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do serviço a ser contratado, verificam-se impactos ambientais significativos, sendo necessário que a licitante atenda aos critérios estabelecidos pelos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental vigente.

O DEMUTRAN (Departamento Municipal de Trânsito de Camocim-CE), Órgão de fiscalização trânsito ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim/CE apoia e coopera com todas as iniciativas voltadas à sustentabilidade, e o serviço a ser contratado apresenta riscos ambientais significativos.

O objetivo deste estudo é identificar e avaliar os possíveis impactos ambientais associados a este projeto e propor medidas de mitigação e monitoramento.

Identificação dos Impactos Ambientais

- Impactos Positivos:

- Melhoria da segurança viária e redução de acidentes;
- Melhoria da fluidez do tráfego;
- Aumento da conscientização ambiental dos motoristas e pedestres.

- Impactos Negativos:

- Remoção de vegetação e alteração do habitat natural;

- Poluição do solo e da água devido à instalação de infra-estrutura;
- Aumento do ruído e da poluição do ar devido ao tráfego.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A equipe de planejamento declara que a contratação de serviço de implantação e manutenção de sinalização viária, destinado ao DEMUTRAN (Departamento Municipal de Trânsito de Camocim-CE), Órgão de fiscalização ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim/CE é viável. Essa contratação é indispensável, pois assegura ao Órgão a realização de demandas, contribuindo para um trânsito seguro e eficiente para os cidadãos.

A Equipe de Planejamento declara que a contratação pretendida é viável.

14. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS PRESENTES ESTUDOS PRELIMINARES

A equipe responsável pelo planejamento da **Contratação de Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária, destinado ao DEMUTRAN (Departamento Municipal de Trânsito de Camocim-CE), Órgão de fiscalização ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim/Ce.**

Nesse sentido, a equipe de planejamento reitera o compromisso de disponibilizar todas as informações pertinentes do presente Estudo Técnico Preliminar, de forma transparente e acessível a qualquer interessado que deseje conhecer os detalhes e fundamentos envolvidos na contratação em questão, seguindo os mesmos em anexo.

Ressalta-se que a disponibilidade das informações contribui para a eficiência e a lisura do processo de contratação, permitindo a devida fiscalização, análise crítica e participação ativa de todos os interessados, promovendo, assim, a transparência e a observância dos princípios da administração pública.

Portanto, a equipe de planejamento reafirma seu compromisso em disponibilizar as informações contidas neste Estudo Técnico Preliminar de **Contratação de Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária, destinado ao DEMUTRAN (Departamento Municipal de Trânsito de Camocim-CE), Órgão de fiscalização ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim/Ce**, assegurando o acesso amplo, transparente e democrático a todos os interessados, em conformidade com a legislação vigente e os princípios da transparência e do acesso à informação.

ORDENADOR DE

Antonio Gerardo

PORTARIA Nº 0203017/2025 - de

DESPESA	Filho	03 de FEVEREIRO de 2025– SecretárioExecutivoda Segurança, Trânsito e Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Camocim.
INTEGRANTE TÉCNICO	Francisco Flávio de Sousa	PORTARIA Nº 0213001/2025 - de 13 de fevereiro de 2025 - Dispõe sobre a designação de servidores para compor equipe para elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP.
	Francisco Liduino Bezerra Costa	PORTARIA Nº 0213001/2025 - de 13 de fevereiro de 2025- Dispõe sobre a designação de servidores para compor equipe para elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP.
	Renata Coutinho Rodrigues	PORTARIA Nº 0213001/2025 - de 13 de fevereiro de 2025 - Dispõe sobre a designação de servidores para compor equipe para elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP.

RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO

A equipe de planejamento certifica que é responsável pela elaboração deste estudo, o qual busca atender aos requisitos estabelecidos pela legislação

vigente, especialmente o disposto no artigo 18, § 1º, inciso XIII da Lei 14.133, que regulamenta as contratações públicas.

O documento em questão foi desenvolvido com base nas melhores práticas e conhecimentos técnicos da equipe de planejamento, considerando as necessidades e objetivos específicos da aquisição em questão. Além disso, foram levadas em conta as diretrizes legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios de eficiência, economicidade e interesse público.

Ressalta-se que a equipe de planejamento buscou garantir a conformidade do estudo técnico preliminar com as normas e diretrizes estabelecidas, a fim de embasar a aquisição de forma adequada e transparente.

É importante salientar que o presente documento é fruto de análises e estudos realizados pela equipe de planejamento, que se compromete com a qualidade e veracidade das informações nele contidas. Contudo, é necessário ressaltar que a análise final e a aprovação deste estudo técnico preliminar são de responsabilidade da autoridade competente, que deve avaliar a conformidade e tomar a decisão final quanto à **Contratação de Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária, destinado ao DEMUTRAN (Departamento Municipal de Trânsito de Camocim-CE), Órgão de fiscalização de trânsito ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim-CE.**

RISCOS			
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE CAMOCIM-CE.		
FASE DA ANÁLISE	<p>Planejamento da contratação e Seleção da empresa licitante da aquisição.</p> <p>Análise completa do objeto da contratação, considerando a necessidade de Contratação de Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária, destinado ao DEMUTRAN (Departamento Municipal de Trânsito de Camocim-CE), Órgão de fiscalização ligado à Secretaria de Segurança, Trânsito e Defesa Civil de Camocim/CE.</p> <p>O planejamento detalhado do processo de contratação inclui a definição dos requisitos técnicos, estimativas de quantidades, levantamento de mercado para identificar prestadores qualificados e a definição da estratégia de seleção da aquisição. As estratégias propostas visam assegurar que o processo de contratação seja conduzido de forma eficiente; minimizando os riscos associados a não realização da contratação e garantindo que os benefícios esperados sejam plenamente alcançados.</p>		
	<p>Risco 1 – Não fazer a Contratação</p> <p>Não Contratação de Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária de Camocim/CE pode resultar em comprometimento na fluidez e segurança viária municipal.</p>		
PROBABILIDADE	Baixa	Média	Alta
	<p>Considera-se média devido à existência de procedimentos de licitação e aquisição que, se não cumpridos adequadamente, podem resultar na não realização da contratação dentro do prazo ou com a qualidade</p>		

	necessária.		
IMPACTO	Baixo	Médio	Alto
	O impacto da não Contratação de Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária de Camocim/CE, poderá comprometer o tráfego e a segurança dos cidadãos.		
DANO	Prejuízo na segurança dos condutores e pedestres, fluidez e até mesmo dificuldade no deslocamento para prestação de serviços básicos e de socorro. A não Contratação de Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária de Camocim/CE poderá resultar em um aumento significativo nos sinistros de trânsito, bem como diminuição da segurança da população e morosidade no deslocamento para prestação de serviços básicos e de socorro.		
ESTRATÉGIA PARA ELIMINAR OU MINIMIZAR A OCORRÊNCIA DO RISCO			
AÇÕES	Proposição de estratégias e ações para eliminar ou minimizar a ocorrência dos riscos identificados, como a Formulação de um Projeto Executivo detalhado que estabeleça claramente os objetivos, requisitos e expectativas da contratação, garantindo assim uma seleção adequada da licitante e a execução eficaz do projeto.	Deve ser definido um responsável, preferencialmente um membro da equipe de planejamento ou um gestor com experiência relevante na área.	
ESTRATÉGIA DE CONTINGÊNCIA CASO O RISCO SE CONCRETIZE			
AÇÕES	Definição de ações de contingência a serem adotadas caso os riscos identificados se	Deve ser definido um responsável, preferencialmente um	

	<p>concretizem, visando mitigar os possíveis impactos negativos e garantir a continuidade das atividades relacionadas à área de licitações e contratos administrativos.</p> <p>Assim caso a contratação inicial não se concretize, recomenda-se repetir o procedimento de licitação, sanando as irregularidades encontradas, para garantir a continuidade das atividades relacionadas à área de licitações e contratos administrativos e mitigar os possíveis impactos negativos.</p>	<p>membro da equipe de planejamento ou um gestor com experiência relevante na área.</p>	
	<p>Risco 2 – Atraso na Execução</p> <p>Atraso na execução do Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária de Camocim/CE pode resultar em comprometimento na fluidez e segurança viária municipal.</p>		
<p>PROBABILIDADE</p>	<p>Baixa</p>	<p>Média</p>	<p>alto</p>
	<p>Considera-se alto devido ao comprometimento da malha viária, segurança dos cidadãos e dos pedestres.</p>		
<p>IMPACTO</p>	<p>Baixo</p>	<p>Médio</p>	<p>alto</p>
	<p>O impacto do atraso na execução do Serviço de Implantação e Manutenção de Sinalização Viária de Camocim/CE, poderá comprometer o tráfego e a</p>		

	segurança dos cidadãos.
DANO	Impacto direta na eficiência do processo de contratação, prejuízo à mobilidade urbana, aumento de acidentes, custo adicional e dano à imagem do município.
ESTRATÉGIA PARA ELIMINAR OU MINIMIZAR A OCORRÊNCIA DO RISCO	
AÇÕES	Proposição de estratégias e ações para eliminar ou minimizar a ocorrência dos riscos identificados, como a Formulação de um Projeto Executivo detalhado que estabeleça claramente os objetivos, prazos, requisitos e expectativas da contratação, garantindo assim uma seleção adequada da licitante e a execução eficaz do projeto.
ESTRATÉGIA DE CONTINGÊNCIA CASO O RISCO SE CONCRETIZE	
AÇÕES	Definição de ações de contingência a serem adotadas caso os riscos identificados se concretizem, visando mitigar os possíveis impactos negativos e garantir a continuidade das atividades relacionadas à área de licitações e contratos administrativos. Assim caso a contratação inicial não se concretize, recomenda-se repetir o procedimento de licitação, sanando as irregularidades encontradas, para garantir a continuidade das atividades relacionadas à área de licitações e contratos administrativos e mitigar os possíveis impactos negativos.

ANEXO II – DECLARAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICA(O) Nº 2026.03.05.002

Local de Data

À

Prefeitura Municipal de Camocim

Prezados Senhores,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES PARA FUTURA E EVENTUAL SERVIÇO PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE CAMOCIM-CE.

Prezados Senhores,

A Empresa.....(nome da empresa)....,
inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo).....,

1) DECLARAMOS, para os devidos fins que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

2) DECLARAMOS, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que atende a todas as exigências requeridas para habilitação no Pregão Eletrônica(o), cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES PARA FUTURA E EVENTUAL SERVIÇO PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE CAMOCIM-CE.

3) DECLARAMOS, sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova no processo de Pregão Eletrônica(o), junto ao Município de Camocim, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos do edital, se responsabilizando pela veracidade dos documentos apresentados, bem como pela proposta ofertada, tudo de acordo com os prazos e condições determinados.

4) DECLARAMOS, para fins do Pregão Eletrônica(o) em pauta, sob penas da lei, junto ao Município de Camocim/CE, que não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à participação e

habilitação no presente processo de Pregão Eletrônica(o), bem assim estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

5) DECLARAMOS, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, caso opte pelo benefício previsto.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

CPF Nº _____ - ____

**ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICA(O) Nº 2026.03.05.002**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../...., **QUE FAZEM ENTRE SI O**
MUNICÍPIO DE CAMOCIM/CE, POR
INTERMÉDIO DO (A)
..... **E**
A EMPRESA
.....

O Município de Camocim, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Severiano Morel, S/N, Centro, Camocim-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº/.....-..., neste ato representado pelo Ordenador de Despesa da secretaria de, Sr(a)., ao final assinado, doravante denominado de CONTRATANTE e a inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, BAIRRO: – -CEP: doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônica(o) n. 2026.03.05.002, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Serviço para implantação e manutenção de sinalização viária de Camocim-CE, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTID ADE	VALOR MENSA L	VALOR TOTAL
1					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância

calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de

Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a

formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Camocim/CE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

....., de..... de 20.....

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICA(O) Nº 2026.03.05.002**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____

A Secretaria de, com sede no(a), na cidade de Camocim-CE, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador de Despesas, nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma Eletrônica(o), para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo nº 2026.03.05.002, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462/23, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Serviço para implantação e manutenção de sinalização viária de Camocim-CE, especificado(s) no(s) item(ns)/lotes(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 2026.03.05.002 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item(ns)/lote(s), fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Míni	Valor Un	Prazo garantia ou

		edital)				ma		validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA VIABILIDADE DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021; e

4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a

contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

4.7 Dos limites para as adesões

4.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8 Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços oriunda do presente procedimento será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do *caput* do artigo 84 da Lei 14.133/2021.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3 A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetuada, desde que:

(a) o período de prorrogação seja de igual período;

(b) a renovação seja formalizada por meio de termo aditivo à ata;

(c) a renovação não exceda o quantitativo original; e

(d) a renovação seja devidamente justificada em estudo técnico, que comprove a necessidade da renovação. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei 14.133/2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei 14.133/2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

5.4.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.5 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DO CADASTRO RESERVA

6.1 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.1.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.1.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.1.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.1.2.2 Mantiverem sua proposta original.

6.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.3 O registro a que se refere este tópico tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

6.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

6.5.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

6.5.3.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.5.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do artigo 124 da Lei 14.133/2021;

7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/2021.

7.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na respectiva ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e na legislação aplicável.

8.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.5.

8.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 8.2.2; ou

9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conforme as infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 desta Ata, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 10.1.1 a 10.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 10.1.8 a 10.1.12;

b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens “c” e “d” abaixo:

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 18.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.12 desta Ata de Registro de Preços;

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.
- 10.6 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.7 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas



Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is)
do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo a Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade